



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão da Cultura e da Educação

21.12.2009

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição da Sr.^a Androulla VASSILIOU, Comissária indigitada para a Educação, a Cultura, o Multilinguismo e a Juventude

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pela Sr.^a Androulla VASSILIOU.

O Secretariado

CM\800050PT.doc

PE431.066v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

RESPOSTAS DA COMISSÁRIA INDIGITADA
Androulla VASSILIOU
(Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude)
AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

No âmbito das minhas funções como Comissária responsável pela Saúde, tive a oportunidade de trabalhar com questões que envolvem directamente os cidadãos da Europa e pude compreender a importância de promover questões de interesse para todos os europeus de todas as regiões da União. Nesse sentido, o pelouro da educação, cultura, multilinguismo e juventude assemelha-se ao da saúde, uma vez que também é preciso encontrar um equilíbrio entre a necessidade de agir e as especificidades do quadro de acção da União como previsto pelo Tratado.

Indubitavelmente, a minha experiência enquanto Comissária permite-me passar directamente ao âmago do trabalho a realizar no meu novo pelouro, tendo em conta o facto de ter acompanhado não apenas o trabalho da Comissão nos últimos anos, mas também todo o processo histórico que conduziu ao novo quadro institucional na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e a actual situação socioeconómica gerada pela crise financeira. Já anteriormente, aquando da minha participação na Convenção sobre o Futuro da Europa, havia tido a oportunidade de analisar algumas questões que fazem hoje parte do Tratado de Lisboa e do novo quadro interinstitucional e que guiarão o nosso trabalho conjunto nos próximos cinco anos.

Confio, igualmente, na experiência adquirida enquanto deputada nacional do Parlamento cipriota, durante dois mandatos, período em que fui membro da Comissão dos Assuntos Europeus e da Comissão da Educação e Cultura e que se revelou uma oportunidade inestimável para conhecer as subtilezas da política europeia e adquirir uma compreensão sólida das questões que agora integram o meu pelouro. Enquanto Primeira Dama de Chipre,

tive um papel particularmente activo nos domínios da educação, juventude e cultura. Neste período, fui responsável, nomeadamente, pela instituição da primeira Organização Pan-Cipriota de Música e Belas-Artes e assumi um papel essencial na adopção de um quadro normativo para os direitos das crianças com necessidades especiais em matéria de educação e formação. Igualmente, o facto de ter exercido advocacia durante 20 anos permite-me compreender hoje, mais facilmente, como abordar este pelouro tão diverso e delicado no contexto institucional actual e qual a melhor forma de contribuir para o papel de guardião do Tratado que incumbe à Comissão. Por último, mas não menos importante, a minha experiência nas Nações Unidas e respectivas agências permitiu-me perceber mais claramente os aspectos relacionados com a apresentação das questões europeias a nível internacional e vice-versa.

A independência dos Comissários está consagrada nos Tratados e constitui um elemento essencial do funcionamento da Comissão e do modo como esta instituição desempenha as suas funções. Tendo plena consciência da grande diversidade de interesses que estão em jogo ao serem definidas as políticas europeias, comprometo-me a respeitar estritamente as disposições dos Tratados sobre a independência dos Comissários e a adoptar todas as precauções necessárias para evitar eventuais conflitos de interesses ao executar as minhas funções. Graças à minha experiência como Comissária responsável pela Saúde, conheço bem a sensibilidade desta questão e velarei pelo cumprimento rigoroso das exigências institucionais e éticas inerentes ao exercício das minhas funções. Já apresentei e divulguei a Declaração de Interesses relativa a todos os meus interesses e bens financeiros, e subscrevo aqui o conteúdo dessa declaração. Gostaria de sublinhar que não existe nenhuma fonte potencial de conflito de interesses relativamente aos novos domínios de acção que me foram atribuídos. Durante o meu mandato, respeitarei rigorosamente todos os requisitos do Código de Conduta dos Comissários e actualizarei e publicarei toda a informação pertinente.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

Fazer parte do Colégio de Comissários significa, antes de mais, ser membro de uma equipa. A colegialidade constitui, por conseguinte, um aspecto central do modo de funcionamento e de decisão da Comissão. aguardo com grande interesse a prossecução de um diálogo construtivo com os meus colegas Comissários sobre as decisões adoptadas dentro do meu âmbito de competências, e reciprocamente, uma vez que acredito firmemente na importância desta cooperação para a força e solidez do processo de decisão.

Esta cooperação é imperativa também pelo facto de o Colégio de Comissários ter uma responsabilidade colectiva pelas iniciativas adoptadas. Todavia, o acordo-quadro que define as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão também estabelece claramente que cada Comissário deve assumir a responsabilidade política pelas acções do seu domínio de competência, sem prejuízo do princípio de colegialidade da Comissão.

Nos últimos dois anos, pude confirmar, em primeira mão, a importância e os benefícios de um diálogo estruturado com o Parlamento no seu conjunto e com as suas comissões.

Consequentemente, esforçar-me-ei no sentido de prosseguir nesta via e velarei pela apresentação regular de relatórios a esta instituição e por uma troca constante de informações. Estou particularmente empenhada na promoção de um diálogo permanente entre as comissões parlamentares relevantes e a Comissão, nos domínios abrangidos pelo pelouro que me foi atribuído, com vista a identificar os objectivos comuns a alcançar ao longo dos próximos cinco anos.

Estou persuadida de que a Comissão responderá sempre pelas suas acções perante o Parlamento, sem rupturas, relativamente às questões da minha competência, já que tenciono trabalhar nesse sentido, de uma forma construtiva, com todos os meus serviços. Nas minhas relações com as várias direcções-gerais sob a minha responsabilidade prosseguirei um mesmo objectivo: promover os interesses dos cidadãos europeus. Garantirei ainda um debate regular com o Parlamento Europeu sobre todas as questões em curso ou as novas iniciativas, para que as nossas instituições possam cooperar de uma forma mais eficaz em prol dos interesses dos cidadãos.

3. Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Como antiga deputada, estou particularmente consciente da minha responsabilidade face aos representantes eleitos pelos cidadãos da UE.

Ao exercer o mandato de Comissária responsável pela Saúde pude constatar directamente o papel central do Parlamento Europeu. Assim, respeitarei e aplicarei plenamente os compromissos assumidos pela Comissão no âmbito do acordo-quadro que define as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão. No intuito de uma maior transparência, tomarei igualmente as medidas necessárias para favorecer o diálogo e o intercâmbio de informação.

A realização de um amplo processo de consulta pela Comissão constitui uma obrigação prevista nos Tratados. Estou plenamente consciente da importância que todos os europeus atribuem às questões deste pelouro. Ao ouvirmos as partes interessadas e os cidadãos numa fase inicial da elaboração das políticas contribuimos, seguramente, para um resultado mais representativo, mais credível e sólido, e ajudamos também a aproximar a Europa dos seus cidadãos. Neste contexto, apoiarei as iniciativas que visem promover uma maior transparência junto do público em geral, nomeadamente a iniciativa europeia em matéria de transparência da Comissão cessante.

O Parlamento Europeu desempenhou e continuará a desempenhar um papel central, ao fazer avançar o processo da integração europeia, ao contribuir com a sua visão para o projecto europeu e, no exercício da sua função de controlo democrático, ao aproximar a Europa dos seus cidadãos. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa reforça o papel desta instituição no processo legislativo através do «processo legislativo ordinário», um princípio que defendi com empenho, pessoalmente, ao participar nos trabalhos da Convenção para o Futuro da

Europa.

O desenvolvimento de uma cooperação estreita e quotidiana entre o Parlamento e a Comissão constitui uma condição essencial para um diálogo político construtivo entre as duas instituições. Pretendo manter-me disponível e acessível aos deputados do Parlamento Europeu e em contacto directo com as comissões parlamentares relevantes, para favorecer um clima de confiança mútua, de eficiência, de legitimidade e de diálogo franco, que considero crucial para o bom funcionamento do sistema institucional da UE. Tenho a intenção de fornecer informações rápidas e claras ao Parlamento, de ouvir atentamente as suas preocupações e de considerar as suas posições em pé de igualdade com o Conselho. Tive já a oportunidade de conversar com um certo número de deputados do Parlamento Europeu sobre os seus interesses relativamente ao meu novo domínio de competência e aguardo com expectativa a possibilidade de cooperar com esta instituição ao longo do meu mandato.

Perguntas relativas às políticas

4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?

Enquanto Comissária responsável pela Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude, a minha principal prioridade será garantir a realização dos nossos cidadãos numa União inclusiva, competitiva e sustentável, que tenha como base o conhecimento, seja impulsionada pela criatividade e inovação e retire as suas forças da diversidade que a caracteriza. Devemos explorar as áreas em que a nossa acção pode fazer uma diferença na vida das pessoas, tendo consciência das novas possibilidades introduzidas pelo Tratado de Lisboa, nomeadamente no domínio do desporto, mas também do contexto actual que resulta da crise, onde a educação e a formação são vitais. Desejo, antes de mais, explorar as nossas responsabilidades no domínio da educação, de forma a ajudar a satisfazer as necessidades actuais dos cidadãos e adaptar a educação e a formação à economia do futuro; analisarei também a melhor forma de promover a nossa cultura e diversidade no mundo moderno.

A educação representa claramente uma prioridade fundamental. Em cooperação com o Parlamento, ajudarei os Estados-Membros a modernizar os sistemas nacionais de ensino e formação, no sentido de melhorar a qualidade e a relevância da educação, incentivando a criação de novas parcerias que garantam as competências necessárias aos cidadãos e às empresas, num mundo também ele em mutação, sob o efeito não apenas da crise, mas também do progresso tecnológico e dos desafios demográficos e ambientais.

A educação e a formação são cruciais para ajudar a Europa a ultrapassar a crise a curto prazo; serão também elementos determinantes da visão UE 2020. Devemos facilitar a aquisição de novas competências, assegurar a continuidade da aprendizagem ao longo da vida e dar aos cidadãos os recursos necessários para explorarem plenamente as novas oportunidades, incluindo no domínio da economia «verde». A mais longo prazo, a educação e a formação deverão procurar assegurar o nosso futuro enquanto sociedade do conhecimento, competitiva e inclusiva. Trabalharei estreitamente com o Comissário responsável pelo Emprego no sentido de cumprir estes objectivos. O Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia indica-nos o

caminho: devemos ser inovadores na forma como aprendemos e criamos novos conhecimentos. Analisarei, em particular, de que forma este instituto poderá dar um contributo decisivo nesse sentido. Pretendo ainda reforçar e alargar a iniciativa «Novas Competências para Novos Empregos» e procurarei garantir o acesso de todos os cidadãos à aprendizagem ao longo da vida e a uma vida activa e produtiva.

A UE deve também contribuir directamente para este desafio favorecendo a mobilidade das pessoas. O domínio da juventude e mobilidade constitui outra grande prioridade. Como referido pelo Presidente nas suas Orientações Políticas, precisamos de uma nova e ambiciosa iniciativa «Juventude em Movimento», para levar os benefícios da mobilidade no domínio da aprendizagem a todos os jovens. Num mundo em que a passagem do contexto educativo ao contexto profissional é cada vez mais complexa, acredito que este tipo de mobilidade será particularmente eficaz para a aquisição de competências relacionadas com o ensino e a vida em geral. Além disso, o reforço da mobilidade dos jovens contribuirá para uma maior identificação com a ideia de cidadania europeia, que subjaz ao projecto europeu.

Finalmente, no domínio da cultura, desejo instaurar um ambiente propício ao florescimento da criatividade, da inovação e da expressão cultural, assente na nossa riqueza cultural e linguística e na reconhecida capacidade das nossas indústrias criativas para estimular a inovação e o crescimento. Um dos meus objectivos será integrar estas preocupações na agenda digital, em colaboração estreita com o Comissário responsável por este domínio. O programa MEDIA é também um meio de divulgação importante, que consegue levar a cultura europeia a todo o mundo, razão pela qual pretendo explorar todas as possibilidades oferecidas por esta iniciativa.

Tenciono trabalhar em colaboração com os meus colegas na Comissão, nomeadamente com os comissários competentes nos domínios do Emprego, da Agenda Digital, da Investigação, da Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania e do Mercado Interno. Não estranharei essa cooperação, uma vez que já exerci o cargo de Comissária durante dois anos num domínio com um leque alargado de competências, que exigia o contributo de diferentes áreas.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

A minha experiência como Comissária responsável pela Saúde ensinou-me que a chave do sucesso numa área de forte subsidiariedade reside na cooperação. Trabalharei estreitamente com os Estados-Membros e o Parlamento Europeu, consultando todas as partes interessadas e avaliando o impacto económico, ambiental e social das nossas propostas, para assegurar a sua qualidade. Com a nova comissão parlamentar da cultura, que como eu se inicia neste pelouro, podemos construir juntos um programa ambicioso.

Para concretizar a importância prioritária que atribuo à elevação dos níveis de competência, trabalharei em estreita colaboração com os Estados-Membros para melhorar a qualidade da educação e formação, procurando identificar abordagens comuns para os desafios partilhados

da Estratégia para a Educação e Formação:

- apresentarei propostas para reforçar a avaliação comparativa («benchmarking») e, dessa forma, melhorar as políticas sobre a empregabilidade, a mobilidade e o multilinguismo, e recomendarei políticas com vista a reduzir o abandono escolar precoce;
- promoverei a excelência e reforçarei a criação do conhecimento no ensino superior, partindo em especial da experiência adquirida na fase de desenvolvimento do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, e proporei novas formas de parceria entre as empresas e o ensino superior; o programa de modernização das universidades será renovado e exploraremos todos os benefícios da integração das acções Marie Curie no conjunto de medidas consagradas à aprendizagem ao longo da vida.

Uma iniciativa global «Juventude em Movimento» permitiria concretizar a prioridade relativa à mobilidade no domínio da aprendizagem. Este objectivo pode ser alcançado em duas fases:

- em 2010, através de uma proposta com novas abordagens para eliminar os obstáculos à mobilidade, reforçar a legibilidade e a possibilidade de transferência das competências e qualificações e, desde logo, facilitar a sua adaptação aos percursos educativos e profissionais mais flexíveis do futuro;
- e em 2011, através de uma proposta para um novo programa «Juventude em Movimento», a partir dos programas actuais «Aprendizagem ao Longo da Vida» e «Juventude em Acção», das acções Marie Curie e dos programas de cooperação externa no domínio da educação.

Para concretizar a prioridade relativa à necessidade de explorar melhor o potencial da cultura e das indústrias criativas, esforçar-me-ei, no primeiro ano de mandato, no sentido de:

- responder ao pedido do Parlamento de reforçar a visibilidade do nosso património cultural comum e dos valores europeus, através da atribuição de um Selo do Património Europeu aos locais emblemáticos da integração europeia;
- promover uma visão comum sobre os incentivos ao desenvolvimento das indústrias culturais, criativas e de comunicação social na Europa, apoiando nomeadamente os trabalhos sobre a questão complexa da protecção dos direitos de autor;
- apresentar propostas com vista a reforçar a Agenda Europeia da Cultura, na sua segunda fase.

Finalmente, em 2011, e em colaboração estreita com o Parlamento, definirei o conteúdo dos novos programas nas áreas da cultura e dos meios de comunicação social e apresentarei um certo número de propostas sobre a implementação das novas disposições do Tratado de Lisboa sobre o desporto e a participação dos jovens na vida democrática da Europa.

No que diz respeito ao multilinguismo, uma das minhas tarefas essenciais será promover as profissões linguísticas no quadro do projecto «Próxima Geração», assegurar a continuidade dos serviços de interpretação e tradução e uma elevada qualidade para os utilizadores destes serviços. Velarei ainda, em caso de novos alargamentos, pela preparação atempada das acções necessárias para acolher as novas línguas oficiais da UE.